



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Wolney Queiroz, Ministro da Previdência Social, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

As recentes denúncias divulgadas pela imprensa[1] sobre a Operação *Sem Desconto*, conduzida pela Polícia Federal, trouxeram à tona esquema milionário de descontos indevidos em benefícios previdenciários pagos pelo INSS, que beneficiou dirigentes e familiares ligados ao Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi). De acordo com documentos obtidos pela imprensa, a empresa Gestora Eficiente LTDA, controlada por cônjuges de dirigentes do sindicato, recebeu pelo menos R\$ 4,1 milhões em comissões entre 2020 e 2023, enquanto a arrecadação do Sindnapi com descontos cresceu de forma explosiva, passando de R\$ 23 milhões em 2020 para R\$ 154,7 milhões em 2024. Parte desse crescimento decorreu da parceria com o banco Bmg, as Lojas Help! e a seguradora Generali, que resultou na captação irregular de milhares de associados.

Segundo documentos obtidos, dirigentes e familiares ligados à entidade receberam comissões que somam ao menos R\$ 4,1 milhões, toda vez que valores eram subtraídos das aposentadorias de segurados. Entre os beneficiários estão a esposa do presidente do sindicato e o marido da diretora jurídica, que até



recentemente integrava o Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), órgão que assessora diretamente o Ministério da Previdência.

A gravidade do caso é amplificada pelo fato de o vice-presidente do Sindnapi ser José Ferreira da Silva, o Frei Chico, irmão do presidente Lula, o que impõe ainda mais rigor e transparência na apuração, para evitar qualquer suspeita de favorecimento político ou blindagem institucional.

Ressalte-se que tais descontos somente se viabilizam porque passam pelos sistemas de gestão do INSS, autarquia diretamente vinculada ao Ministério da Previdência Social. Por essa razão, cabe a esta Casa exigir do Ministro responsável explicações técnicas e administrativas acerca dos critérios e mecanismos que permitiram a realização desses descontos, bem como das falhas de fiscalização e controle que possibilitaram a continuidade do esquema. É igualmente necessário que o Ministro informe quais providências já foram adotadas para reparar os danos e resguardar os direitos dos aposentados e pensionistas prejudicados, além de apresentar de forma clara quais medidas serão implementadas para impedir que práticas lesivas como essas voltem a ocorrer.

Diante da relevância social, do vulto financeiro envolvido e da ligação direta com a gestão da Previdência, a convocação do Ministro Wolney Queiroz se mostra indispensável ao exercício da função fiscalizatória do Parlamento.

[1] <https://www.metropoles.com/colunas/andreza-matais/inss-caixinha-sindicato>

Sala da Comissão, 10 de setembro de 2025.

Deputado Evair Vieira de Melo
(PP - ES)

